

# ***Compliance*** **e Direito Penal Econômico**

**2019**

**Coordenadores:**

**Fábio Ramazzini Bechara**

**Marco Aurélio Pinto Florêncio Filho**

**Organizadores:**

**Amanda Scalisse Silva**

**Gabriel Druda Deveikis**

**Patricie Barricelli Zanon**

**Tais Ramos**

**COMPLIANCE E DIREITO PENAL ECONÔMICO**

© Almedina, 2019

AUTOR: Fábio Ramazzini Bechara

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9788584935147

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Bechara, Fábio Ramazzini  
Compliance e direito penal econômico / Fábio  
Ramazzini Bechara. -- São Paulo : Almedina, 2019.

Bibliografia.  
ISBN 978-85-8493-514-7

1. Compliance 2. Direito econômico 3. Direito  
econômico - Brasil 4. Direito penal 5. Direito  
penal - Brasil I. Título.

19-29745

CDU-343.33

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Compliance : Direito penal econômico 343.33

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).  
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Setembro, 2019

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

1159174

## SUMÁRIO

### Parte I – Discussões Atuais Acerca de Direito Penal Econômico

<b>A Evolução Normativa Anticorrupção no Plano Nacional e Estrangeiro: Uma Análise a Partir das Velocidades do Direito Penal</b> .....	27
Introdução.....	27
1. FCPA e UKBA: Bases Legislativas Estrangeiras no Combate à Corrupção Privada.....	28
2. A Lei nº 12.846/2013 no Combate à Corrupção Empresarial .....	30
3. As Velocidades do Direito Penal.....	35
Conclusão.....	36
Referências .....	37
<b>A Contribuição do Direito Internacional para a Prevenção e a Repressão da Corrupção</b> .....	39
Introdução.....	39
1. Definições e Tipologia.....	40
1.1 Corrupção.....	40
1.2. Corrupção Pública x Privada.....	40
1.3. Grande Corrupção x Pequena Corrupção .....	41
1.4. Corrupção Nacional x Corrupção Internacional.....	41
1.5. Corrupção Ativa x Corrupção Passiva .....	42
2. As Iniciativas Internacionais na Luta Contra a Corrupção.....	42
2.1. Convenção da OCDE.....	44
2.2 Convenção da ONU .....	46
A Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção – Convenção de Mérida .....	46
2.3 Convenção da OEA.....	48
A Convenção Interamericana contra a Corrupção	

e a contribuição das organizações regionais .....	48
Conclusão.....	50
Referências .....	51

### **Justiça Criminal Negocial:**

<b>Uma Análise do Regime Jurídico da Colaboração de Investigados no Brasil – Acordos de Colaboração Premiada e de Leniência .....</b>	<b>53</b>
Introdução.....	53
1. A <i>Plea Bargaining</i> no Direito Norte-Americano.....	55
2. A Tradução do <i>Plea Bargaining</i> no Direito Brasileiro .....	58
2.1. Acordo de Colaboração Premiada .....	61
2.2. Acordo de Leniência.....	66
3. Possíveis Ajustes .....	70
Conclusão.....	72
Referências .....	73

## **Parte II – Criminal Compliance**

<b>20 Anos de Compliance e Políticas Públicas de Combate e Prevenção à Corrupção e Lavagem de Dinheiro.....</b>	<b>77</b>
Introdução.....	77
1. <i>Compliance</i> e Políticas Públicas como Mecanismos de Combate e Prevenção a Crimes .....	79
2. Principais Políticas Públicas Instituídas nos Últimos 20 Anos e a Cultura do Compliance no Brasil.....	83
Conclusão.....	92
Referências .....	94

<b>O Conflito de Instâncias na Aplicação dos Instrumentos de Combate à Corrupção e os Efeitos sobre o Compliance .....</b>	<b>97</b>
Introdução.....	97
1. Breve Histórico Legislativo do Compliance no Brasil .....	100
2. Diversidade de Instâncias.....	101
2.1. Direito Penal.....	102
2.2. Direito Administrativo .....	106
2.3. Direito Civil.....	109
Conclusão.....	110
Referências .....	112

<b>Atos com Repercussão Transnacional e o <i>Compliance</i> Criminal da Empresa Sujeita a Múltiplos Ordenamentos Jurídicos</b> .....	115
Introdução.....	115
1. A Crescente Transnacionalização das Atividades Criminosas, a Necessidade de Cooperação Jurídica Internacional e a Acentuada Importância de Políticas de <i>Compliance</i> Criminal .....	117
2. O <i>Compliance</i> Criminal de Empresas com Relações ou <i>Repercussões</i> Transnacionais. Necessidade Cada Vez Mais Corriqueira de Reportar Fatos a Autoridades de Outros Países, Independentemente do Local de Consumação do Delito.....	119
3. O <i>Compliance</i> Processual Penal como Instrumento de Gestão de Riscos: a Necessária Observância de uma Cadeia de Custódia “Plurijurisdicional” .....	122
Conclusão.....	126
Referências .....	127

<b>Investigação e Prova nos Atos de Corrupção: <i>Compliance</i> e <i>Due Diligence</i></b> 129	
Introdução.....	129
1. <i>Compliance</i> Empresarial e as Esferas de Aplicabilidade de Preceitos Penais como Norteadores de Comportamento pela Política Anticorrupção.....	130
2. <i>Compliance</i> e <i>Due Diligence</i> .....	133
Conclusão.....	138
Referências .....	139

<b>Questionamentos e Pontos Relevantes ao se Pensar uma Política de Proteção a <i>Whistleblowers</i> no Brasil a Partir de Casos e Experiências Norte-Americanas: suas Repercussões em Políticas de <i>Compliance</i> Criminal</b> .....	141
Introdução.....	141
1. Questionamentos e Pontos Relevantes que a Experiência Norte-Americana em Políticas de <i>Whistleblowing</i> pode Oferecer ao Brasil .....	144
1.1. Uma só lei sobre <i>whistleblowing</i> , ou várias? Diferentes contextos e sujeitos envolvem diferentes necessidades, limites e pressupostos à atividade de quem reporta - pulverização, no ordenamento jurídico americano, das proteções aos <i>whistleblowers</i> em diferentes diplomas.....	144
1.2. <i>Whistleblowers</i> e dever de confidencialidade do ofício desempenhado - proteção a <i>whistleblowing</i> em atividades que se relacionem com segurança ou saúde públicas: o incentivo à revelação de informações de interesse social contraposto à eventual sensibilidade ou confidencialidade das mesmas.....	149
1.3. <i>Whistleblowing</i> decorrente do próprio exercício da função: cabe proteção? ...	151
1.4. O <i>whistleblower</i> precisa se reportar a autoridades públicas para que obtenha	

qualquer proteção? Deve caber proteção pública àquele que reporta irregularidades apenas internamente? .....	153
Conclusão.....	157
Referências .....	159
<b>La Importancia del Denunciante (<i>Whistleblower</i>) como Mecanismo de Participación Ciudadana en el Combate a la Corrupción .....</b>	<b>161</b>
Introducción .....	161
1. La Figura del Denunciante como un Mecanismo de Participación Ciudadana.....	165
2. La Definición Amplia del Concepto de <i>Whistleblower</i> a fin de Asegurar la Participación Ciudadana en el Combate la Corrupción .....	170
Conclusión .....	177
Referências .....	179
<b>Violação de Segredos de Negócio, <i>Compliance</i> e Crime Organizado .....</b>	<b>181</b>
Introdução .....	181
1. Crime Organizado: um Conceito Tão Amplo Quanto suas Atividades.....	182
2. Concurso de Pessoas, Associação Criminosa e Organização Criminosa.....	188
3. Segredos de Negócio e a Importância do Compliance para sua Preservação	200
3.1. <i>Compliance</i> no Âmbito do Crime de Violação de Segredos de Negócio.....	208
Conclusão.....	214
Referências .....	216
<b>A Panacéia da Teoria do Domínio do Fato e o Compliance como Possível Solução .....</b>	<b>219</b>
Introdução.....	219
1. Teoria do Domínio do Fato e os Dispositivos Nacionais Sobre o Tema.....	221
2. A Teoria do Domínio do Fato Aplicada como uma Panaceia Geral.....	226
3. Compliance como Possível Forma de Evitar Maiores Infortúnios .....	228
3.1. Compliance no Território Nacional (Lei nº 12.846/ 2013) .....	231
Conclusão.....	232
Referências .....	234
<b>A Repercussão da Governança Corporativa na Responsabilidade Penal da Pessoa Física e Jurídica .....</b>	<b>235</b>
Introdução.....	235
1. A Expansão do Direito Penal e a Necessidade de Novas Formas de Controle ...	236
2. Governança corporativa .....	240
3. A Responsabilidade Penal da Pessoa Física: Responsabilidade dos Dirigentes De Empresas.....	244

4. A Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica.....	248
Conclusão.....	254
Referências .....	255

### **Compliance e Aspectos Prático-Legais da Investigação em Ambiente Digital** 257

Introdução.....	257
1. O <i>Compliance</i> e a Importância do Conhecimento do Ordenamento Jurídico Pelas Empresas no Contexto Digital Contemporâneo	258
2. Os Aspectos Prático-Legais da Investigação Privada Com Foco na Prova Digital .....	263
2.1. O Monitoramento das Atividades dos Empregados pela Empresa e a Licitude da Prova Obtida.....	264
2.2. A Correta Preservação da Prova Assegurando sua Integridade, Autenticidade e Cadeia de Custódia: a Importância do Procedimento .....	268
Conclusão.....	273
Referências .....	274

### **Responsabilidade Social Corporativa como Instrumento de *Compliance*** 277

Introdução.....	277
1. Responsabilidade Social Corporativa (CSR).....	279
1.1. Síntese da Origem e Evolução .....	279
1.2. Caracterização .....	283
1.3. A Reputação Empresarial .....	284
2. Modelos de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) .....	287
3. Responsabilidade Social da Empresa na Proposta de Instrumento de <i>Compliance</i> .....	289
3.1 Implementação da Área de <i>Compliance</i> .....	290
3.2. Formação da Equipe e os Recursos.....	290
3.3. Mapeamento, Monitoramento de Riscos e Avaliações Contínuas.....	290
3.4. Canal de denúncias, investigação e reporte.....	291
3.5. Calibragem de Condutas.....	291
3.6. Compromissos Internacionais .....	291
Considerações Finais .....	292
Referências .....	293